



ANEXO

NORMAS, PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS, TITULARES E SUPLENTE, DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO MARANHÃO – CBH Maranhão

CAPÍTULO I Da Eleição

Seção I Da Condução do Processo de Escolha e Indicação dos Membros

Art. 1º A realização do processo eleitoral dos membros do Comitê será atribuída da Comissão Eleitoral instituída para esse fim.

Parágrafo único. A coordenação do processo eleitoral dos membros do Comitê será realizada pela Secretaria Geral ou por representantes por ela delegados.

Art. 2º São competências da Comissão Eleitoral no processo de escolha e indicação dos membros:

I – elaborar e aprovar as normas, procedimentos e critérios para orientar o processo de escolha dos representantes dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, para a composição do CBH Maranhão;

II – analisar as inscrições e emitir parecer sobre a sua habilitação;

III – elaborar relação de inscrições habilitadas ao processo eleitoral;

IV – analisar os recursos interpostos;

Parágrafo único. A Diretoria do CBH Maranhão é a instância final de deliberação de recursos.

V – elaborar relação definitiva de inscrições habilitadas ao processo eleitoral;

VI – elaborar minuta de Deliberação sobre a condução e pauta das Plenárias eleitorais;

VII – elaborar relação definitiva dos membros eleitos;

VIII – apoiar o processo de eleição da Diretoria do Comitê.

Art. 3º O Edital de Convocação do Processo Eleitoral, que será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e em jornal de grande circulação, deverá conter as seguintes informações:

- a) o período para inscrição;
- b) os locais para entrega da documentação;
- c) a documentação necessária para inscrição;
- d) a data de publicação das habilitações;
- e) o período para recursos e impugnações;



CBH MARANHÃO
Comitê de Bacia Hidrográfica
Distrito Federal

DELIBERAÇÃO Nº 03/2022/CBH Maranhão

Ad referendum

Define normas, procedimentos e critérios para o processo de escolha dos membros, titulares e suplentes, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos afluentes do Rio Maranhão – CBH Maranhão.

O **Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão – CBH Maranhão**, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e na Lei Distrital nº 2.725, de 13 de junho de 2001, e

Considerando a necessidade de definir normas e procedimentos para orientar o processo de escolha dos representantes dos Usuários e das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos, bem como de indicação dos representantes do Poder Público do Governo Federal e do Distrito Federal, para composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão – CBH Maranhão,

DELIBERA:

Art. 1º Ficam aprovadas as normas, procedimentos e critérios para o processo eleitoral dos membros, titulares e suplentes, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio MARANHÃO – CBH Maranhão, na forma do anexo a esta Deliberação.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 26 de setembro de 2022.

RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO
Presidente

ROBSON RODRIGUES DA SILVA
Secretário Geral



- f) as datas e locais onde serão realizadas as Plenárias;
- g) a forma de divulgação dos resultados;
- h) os locais para obtenção das orientações sobre o processo eleitoral.

Seção II **Dos Concorrentes ao Processo**

Art. 4º São considerados usuários de recursos hídricos as entidades e instituições representativas, associações regionais, locais ou setoriais, pessoa física ou jurídica e empresas públicas ou privadas que desenvolvam as seguintes atividades na bacia hidrográfica do rio das Palmas, rio Maranhão, rio do Sal, ribeirão Contagem, ribeirão Palmeiras, ribeirão Sonhém, no território do Distrito Federal:

I – abastecimento urbano e lançamento de efluentes urbanos, compreendendo os responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água potável ou pelo esgotamento sanitário, com captação de água ou lançamento de efluentes, diretamente nos corpos d'água;

II – indústria e mineração, compreendendo os usuários das atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e de exploração mineral, com captação de água ou lançamento de efluentes, diretamente nos corpos d'água;

III – irrigação e uso agropecuário, compreendendo os produtores rurais que desenvolvam agricultura irrigada, aquicultura e criadores de animais em geral, com captação de água ou lançamento de efluentes, diretamente nos corpos d'água;

IV – hidroeletricidade, compreendendo os responsáveis por geração de energia produzida pelo potencial hidráulico dos cursos d'água;

V – lazer e turismo;

VI – outros usos não consuntivos.

Parágrafo único. Os usuários aqui especificados deverão ter sede, filial, sucursal ou representação e atuação na bacia do rio Maranhão, no território do Distrito Federal.

Art. 5º São consideradas organizações civis de recursos hídricos toda pessoa jurídica, legalmente constituída, sediada e com atuação comprovada nas bacias do rio das Palmas, rio Maranhão, rio do Sal, ribeirão Contagem, ribeirão Palmeiras, ribeirão Sonhém, no território do Distrito Federal, dentro dos seguintes setores:

I – universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

II – sindicatos de trabalhadores, associações técnicas e profissionais não governamentais e associações comunitárias;

III – entidades ambientalistas ou relacionadas a interesses difusos.



§ 1º As organizações a que se refere o *caput* deste artigo deverão ter sua atuação comprovada e registro em cartório há pelo menos 1 (um) ano da data de publicação do edital de convocação para inscrição e habilitação no processo de instalação do CBH Maranhão.

§ 2º Os usuários que demandam vazões ou volumes de água, considerados insignificantes, desde que integrem associações regionais, locais ou setoriais de usuários, em conformidade com o inciso I, do artigo 44, da Lei Distrital nº 2.725, de 13 de junho de 2001, terão sua representatividade garantida dentro deste segmento, obedecendo ao disposto no art. 13 da Resolução nº 5/2006 do CRH/DF.

Art. 6º São considerados, como Poder Público, os representantes da União, do Distrito Federal e de suas Regiões Administrativas, cujos territórios se situem na área de atuação do CBH Maranhão.

Seção III **Do Processo de Escolha dos Membros**

Subseção I **Do Processo de Habilitação**

Art. 7º A inscrição dos usuários para o processo eletivo será realizada mediante a apresentação de requerimento de inscrição devidamente preenchido, conforme Modelo I: “Inscrição de Usuários e de Organizações Civis”, anexo ao Edital regulatório do processo eleitoral, veiculado à época da eleição.

Parágrafo único. A condição de usuário, pessoa física ou jurídica, poderá ser feita de uma das seguintes formas:

- a) apresentação da outorga de direito de uso de água, em vigor;
- b) apresentação de protocolo de requerimento de outorga de direito de uso junto à autoridade competente;
- c) comprovante de cadastro junto ao órgão competente;
- d) documento de concessão de uso de recursos hídricos nas bacias;
- e) em se tratando de usos não passíveis de outorga, declaração de entidade de classe legalmente habilitada ou do órgão público que regulamenta a atividade, comprovando a condição de usuário das bacias.

Art. 8º A inscrição das organizações civis de recursos hídricos e das entidades associativas para o processo eletivo será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – requerimento de inscrição devidamente preenchido, conforme Modelo I: “Inscrição de Usuários e de Organizações Civis” anexo ao Edital regulatório do processo eleitoral, veiculado à época da eleição, que deverá conter a solicitação do credenciamento de representante indicado pela entidade;

II – cópia do contrato social da empresa, ou do ato de nomeação do responsável pela entidade, ou da ata da última eleição e posse da diretoria da entidade, quando couber;